



Efeitos da universalização do ensino

É sabido que o Ministério da Educação auferiu importantes resultados na década de 90 (e início da década passada), universalizando o ensino básico, principalmente o ensino fundamental. Este processo trouxe consequências benéficas por um lado, porém, em contrapartida infligiu aos estudantes um flagelo difícil de extinguir.

Atualmente as redes de escolas públicas brasileiras possuem aproximadamente 30 milhões de alunos cursando o ensino fundamental. A inclusão desta expressiva quantidade de alunos teve início nos anos 90 e adentrou os primeiros anos da década seguinte.

Porém, também é latente o descompasso entre a universalização do ensino (fundamental) e a oferta de uma educação de qualidade.

Um bom indicador da distância que nos separa de uma educação de qualidade refere-se à distorção idade-série, que mensura se a idade de um estudante está adequada ao ano letivo correspondente.

Neste aspecto, temos um longo caminho a trilhar. De acordo com dados do Ministério da Educação em 2010, 23,6% dos alunos do ensino fundamental encontravam-se com uma distorção idade-série elevada, cerca de exorbitantes 7 milhões de estudantes.

O problema concentra-se primordialmente nos anos finais do ensino fundamental, uma vez que a quase totalidade das crianças inicia o ensino fundamental na idade correta, ou seja, aos 6 anos. Com o passar dos anos as taxas de aprovação decrescem, simultaneamente ao aumento das taxas de evasão e reprovação escolar.

Este contexto ganha contornos ainda mais preocupantes na medida em que os egressos do ensino fundamental “carregam” a distorção idade-série para o ensino médio. Dentre os fatores que contribuem para uma taxa de abandono no ensino médio da ordem de 20%, o descompasso entre idade e série correspondente assume um caráter relevante.

O investimento adequado e bem gerido com foco na capacitação dos professores, no âmbito de uma coordenação nacional, aliado a um plano de recuperação para os alunos atrasados e repetentes, poderá elevar com mais consistência o principal indicador de qualidade da educação básica brasileira - o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Aliás, este artigo trata paralelamente do conceito central na formulação do IDEB: uma combinação entre desempenho em provas de língua portuguesa e matemática e anos resultantes da distorção idade-série.

Sem professores bem remunerados, qualificados, motivados e com baixa rotatividade docente entre as escolas (vis-à-vis redes de ensino), não conseguiremos oferecer às futuras gerações uma formação digna e integrada ao século XXI.